

Discurso na entrega da Medalha “Nilo Coelho,” proferido pelo auditor substituto Marcos Antônio Rios da Nóbrega, que saudou os agraciados (26.11.2002)

Exmo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, DR. ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS.

Exmo. Cons. Carlos Porto
Exmo. Cons. Romeu da Fonte
Exmo. Cons. Adalberto Farias
Exmo. Cons. Severino Otávio Raposo
Exmo^a. Cons^a Tereza Duere
Exmo. Cons. Fernando Correia

Agradeço inicialmente a Deus e a todos os familiares aqui presentes, propriamente a Isabele, Alfredo, Luiza e agora Felipe, sem os quais isso tudo não faria sentido.

Um agradecimento especial a meus pares, integrantes da AUGÉ: Marcos Flávio, Adriano Cisneiros, Alda Magalhães, Luiz Arcoverde Filho, Ricardo Rios, Valdecir Pascoal, Ruy Ricardo, Carlos Mauricio, Carlos Pimentel, conduzidos pelo nosso Auditor Geral, Dr. Luiz Arcoverde, pelo trabalho dedicado a esta Corte ao longo dos anos.

O sentimento que nos toca neste momento é de alegria e esperança. Alegria ora partilhada com pessoas do mais elevado destaque em suas áreas de atuação, cito os agraciados com essa comenda.

- Procurador Izael Nóbrega da Cunha;
- Desembargadora Federal Margarida de Oliveira Cantarelli;
- Prof. Emídio Cantídio de Oliveira Filho;
- Procuradora-Geral Adjunta Eliana Maria Lapenda Moraes Guerra;
- Assessor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco: Euclides Almeida do Nascimento;
- Desembargadora Helena Caúla Reis;

Na homenagem à figura de dra Eliana Guerra, chamo a atenção para o verdadeiro homenageado nesta

tarde: o Tribunal de Contas de Pernambuco. A medalha “Nilo Coelho”, que já está na sua décima sexta edição, faz parte das comemorações do aniversário desta Corte de Contas, que neste ano, comemora 34 anos de existência.

Falar deste Tribunal requer o exercício profícuo de travar um diálogo permanente com o tempo. Passado, presente e porvir se confundem e traçam um panorama vívido da história, desafios e perspectivas desta Corte que a cada dia encontra seu rumo e caminho para consolidação de uma posição de destaque entre as instituições de controle nacionais.

Do passado, devo dizer que o Tribunal de Contas sempre esteve presente de forma muito intensa em minha vida. Meu pai, Genivaldo Nóbrega, aqui, por trinta anos trabalhou e em sua memória rendo homenagens aos pioneiros desta Corte, desde os originários conselheiros (chamavam-se ministros à época) ao mais humilde servidor. Muitas e muitas vezes assisti a meu pai saindo de madrugada com seus colegas do Tribunal para, geralmente em transporte precário, em estradas não menos precárias, vencer distâncias, sertão adentro para auditar e cumprir o seu dever. A todos que com essa dedicação, espírito público, amor e trabalho, desbravaram este Estado, criando, desenvolvendo, buscando, construindo e sobretudo acreditando que um sonho é possível, é viável. A esses todos, alguns ativos, outros aposentados e aos muitos de saudosa lembrança, os nossos cumprimentos e homenagens.

O passado, sendo alavanca do presente, cumpriu o seu papel e foi indutor da notável construção da imagem e trajetória desta Corte de contas nos últimos anos. A sociedade ainda desconhece quase por completo os Tribunais de Contas (por culpa, muitas vezes dos próprios tribunais) e vez ou outra surgem propostas mal-intencionadas, ingênuas ou pueris que propugnam pela extinção destas Cortes e assunção do controle por, quem sabe, auditorias privadas. Todo o

mundo vem reformando os seus sistemas de controle para, atenção, prestigiar as Cortes de contas, tanto que, o Parlamento Europeu, quando da sua instituição, adotou o modelo de Tribunais de Contas.

No entanto, cabe-nos um aperfeiçoamento constante, mudando nossa postura de auditar (e já estamos fazendo isso) rompendo paradigmas de um controle legalista e quase policial para uma postura educativa, planejada, eficiente e ponderada.

Sendo assim, hoje, e isso podemos dizer com muito orgulho, somos uma instituição de reconhecimento nacional, pelo nosso trabalho pioneiro em muitas áreas, dentre as quais, somos paradigmas de inovação, debate e proficiência intelectual. Os exemplos são diversos.

Talvez o caso mais referencial seja a chamada “operação eleições” e em sua segunda fase, a “operação transparência”, em parceria com o Ministério Público do Estado. Trata-se de magistral esforço de levar o controle ao seu grau máximo de eficiência, antecipando e acompanhando os gastos dos municípios e do Estado, em momentos quando, historicamente, os gastos públicos são incrementados: as eleições. Possibilitando, dessa forma, mais celeridade para coibir a utilização indevida dos recursos públicos e uma imediata responsabilização civil, penal e eleitoral dos agentes públicos envolvidos.

Os resultados são notáveis.

No caso da “operações eleições” foram auditados semanalmente todos os 184 municípios do Estado, tendo como resultante o encaminhamento de 182 processos ao Ministério Público, referente a 114 municípios. O montante de recursos irregulares somou mais de 13 milhões de reais. No entanto, o mais importante não foi o montante detectado, e sim, o que deixou de ser desviado. É o efeito demonstração do controle, onde reside a verdadeira função desse tipo de ação.

Como exemplo, temos que o quantitativo de empenhos realizados no período, combinado com cancelamentos freqüentes de procedimentos licitatórios, mostra e reforça o entendimento já existente no Tribunal de Contas sobre a importância da atuação preventiva, priorizando auditorias de execução.

No caso da “operação transparência”, ainda em curso, os resultados parciais apontam 38 processos

formalizados, de auditoria especial, destaque e denúncia.

Esse trabalho foi tão inovador que tem sido elogiado nacional e internacionalmente. Só para citar um exemplo, o prof. Paul Spahn, da Universidade de Frankfurt e consultor do Banco Mundial, já envida esforços de copiar a iniciativa na Rússia, país que vem ganhando atenção dos organismos internacionais pela escalada da corrupção nos últimos anos. Da mesma forma, tem sido divulgada em workpapers do Banco Mundial em encontros em Berna, Estocolmo e Bruxelas. Se não bastasse, publicação na Comunidade Européia também discute essa pioneira iniciativa. Parafraçando o antigo jargão: “é Pernambuco falando e ensinando para o mundo”.

Não poderia, sobremodo, me furtar de falar da Escola de Contas Prof. Barreto Guimarães. Segunda escola governo em um Tribunal de Contas que vem se notabilizando pela divulgação, treinamento e capacitação de gestores, prefeitos, cidadãos, vereadores, no curso de programas dedicados a públicos exclusivos e contando com a mais qualificada equipe de instrutores. A título de exemplo, somente no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, a escola treinou e capacitou mais de 3000 pessoas, inclusive todos os servidores desta casa, sem exceção. Se não bastasse, editou livros, fez cartilhas, lançou a LRF em literatura de cordel e até CD com repentes sobre a própria lei. Isso só pode encher de orgulho a todos os pernambucanos.

A iniciativa do cordel e do repente, nos remete a outro ponto fundamental: o Tribunal de contas e a participação da sociedade. Chamo a atenção que os carros do Tribunal de Contas de Pernambuco estampam o slogan: “Tribunal de contas: instrumento da cidadania”. Afim, o grande desafio. Ir e atender às demandas da sociedade, sendo indutor do controle social e incentivando a participação popular. Não por menos, nos dizeres do Conselheiro Carlos Maurício, estamos caminhando para sermos verdadeiras agências de **accountability**, contribuindo para o alargamento do espaço democrático.

Bem, como falei que o passado é a alavanca do presente, este, sem dúvida, é o alicerce do futuro. E o futuro já começou.

Os chineses, quando querem mal a um inimigo,

desejam que viva em uma época interessante que, segundo os mesmos, é um período de turbulência, mudanças e desafios. Esse é exatamente o momento em que vivemos. Em nenhum período recente da história brasileira, a administração pública passou por tantas transformações, desde o enfoque menos burocratizado, até uma visão mais avançada de resultados e eficiência. Tais mudanças, muito embora tenham sido induzidas sobretudo pelas reformas constitucionais, nasceram, em boa medida, do inconformismo com a leniência, inoperância e elevado custo da burocracia.

Nisso tudo, o grande desafio das Cortes de Contas é de se moldar, entender as transformações e ser capaz de conduzir as mudanças e não ser conduzidas por elas. Logo, devemos acompanhar de perto os novos desafios, como a alavancagem do desenvolvimento econômico, o desafio previdenciário, a implanta-

ção de uma gestão fiscal responsável e uma possível reforma tributária. Temos que nos antecipar e preparar sob pena de perdermos o momento histórico.

É nas crises que se constroem as grandes soluções e que os problemas devem ser transformados em desafios e os desafios em oportunidades. Essa é a nossa missão. Temos que romper com o ceticismo, com a melancolia daqueles que não têm coragem de ousar. Afinal, se mergulharmos nos desejos mais profundos dos pessimistas, sem dúvida encontraremos um grande defensor de privilégios.

Por fim, consciente que o tempo é uma imagem móvel da humanidade e acossado por esse mesmo tempo, sempre ele, faço minhas as palavras de Fernando Sabino que diz "no fim, tudo dá certo. Se ainda não deu, é porque ainda não chegou no fim"

Muito obrigado.